



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista ao Jornalista John Sicheloff, da NBC News, em 7 de Janeiro de 1991

Jornalista: Qual o plano do Governo para acabar com a violência contra as crianças de rua no Brasil?

Presidente: A situação das crianças no Brasil não é muito diferente da situação das crianças em todo o mundo. As crianças hoje sofrem as conseqüências de um sistema absolutamente injusto. Um sistema que estabelece o desenvolvimento como prioridade número um — custe o que custar. Não há atenção necessária às conseqüências sociais danosas de um processo de desenvolvimento desse tipo.

A situação das crianças no nosso mundo aparece de maneiras diferentes, mas, de todas as formas, brutal. Em alguns países vemos as crianças formando gangues que enfrentam outras quadrilhas, matando-se mutuamente. E em outros países, vemos crianças passando fome, sem acesso à educação, à saúde, e envolvidas com drogas. Esse é um problema mundial. No Brasil não é diferente. O nosso governo, que se instalou em março do ano passado, tem uma responsabilidade que assume integralmente em relação às nossas crianças.

No ano de 1990, por exemplo, estabelecemos um programa de vacinação, em ampla escala, que atingiu os níveis exigidos

pela UNICEF. Cerca de 90% das crianças em fase de vacinação foram atendidas.

Querendo deixar clara essa consciência da nossa responsabilidade, do nosso dever com relação às crianças, criamos o «Ministério da Criança», com o sentido de canalizar todos os esforços das diversas áreas do Governo para diminuir o sofrimento por que passam as crianças brasileiras. O Ministro da Saúde acumula também as funções de «Ministro da Criança».

No Brasil, fruto desse sistema, infelizmente temos também crianças sendo assassinadas em alguns estados, especificamente — Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Amazonas. Nesses quatro estados a situação é mais visível. Esse também é um assunto que não depende somente da vontade do Governo Federal.

Temos no País um princípio federativo, que dá autonomia a cada um dos estados. Portanto, é necessário que haja um trabalho coordenado pelo Governo Federal, mas concatenado com os governos estaduais e municipais. O Ministro da Justiça já está entrando em contato com todos os governadores — e especificamente os desses quatro estados — para que, em conjunto, com o próprio Governo Federal, estabeleçamos ações objetivas no sentido de evitar que esse trágico cotidiano que estamos vivendo no Brasil e, friso, também no restante do mundo, continue ou aumente.

Assassinato de Crianças

Jornalista: Crianças estão sendo mortas nas ruas do Brasil. Qual a prioridade do seu governo de renovação? Protegê-las apenas fortalecendo o cumprimento da lei ou melhorar a situação das crianças com o que podemos chamar de justiça social?

Presidente: Essa questão da morte das crianças a que há pouco me referi, e que, dramaticamente, verificamos mais nesses qua-

tro estados, especificamente no Rio de Janeiro, é algo que nos dói na alma, porque existem grupos de extermínio que entendem que as crianças de rua são um estorvo à tranquilidade daqueles que mandam matar. E a nossa mensagem tem sido a de que essas pessoas, ao invés de gastarem dinheiro com armas e pistoleiros para matar crianças, apliquem esse dinheiro na construção de creches e abrigos, para que, num esforço conjunto com as diversas hierarquias de governo no País, possam dar a essas crianças oportunidade de educação, um pouco de conforto e de calor humano.

A legislação brasileira vem sendo exercida, mas precisamos saber exatamente o nome dos culpados por esses crimes. Infelizmente, as próprias comunidades que sofrem com esse tipo de violência recaindo sobre suas crianças, têm receio de dar informações sobre aqueles que estão envolvidos nessa atividade criminosa.

Portanto, é necessário um trabalho muito mais abrangente, muito mais profundo para recuperar a confiança da sociedade na capacidade do aparelho de Estado e da Justiça defender os direitos do cidadão.

Amazônia

Jornalista: As atenções do mundo têm-se voltado para a devastação da Floresta Amazônica. O seu governo vai adotar uma postura diferente dos governos anteriores?

Presidente: As questões da Amazônia e do meio ambiente no Brasil não haviam sido tratadas com a devida atenção que poderíamos imaginar. A nossa geração, no fundo, é vítima disso tudo. Estamos recebendo um planeta em devastação e não fomos nós que fizemos isso. Volta aí a questão do processo mundial de desenvolvimento, que eu desejo colocar como tema cen-

tral das discussões durante a II Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil irá sediar em 1992. Antes de saber como podemos nos ajudar uns aos outros para evitar esta devastação e recuperar áreas já devastadas, nós temos que discutir algo muito mais importante dentro de um processo de reflexão conjunta, é preciso saber o que desejamos para o nosso planeta. Será que continuaremos a deixar que as coisas caminhem desse jeito? Produzir, produzir, consumir, consumir, utilizando os recursos naturais do planeta como se esses recursos fossem infindáveis e de nossa propriedade? Continuaremos a jogar todos esses gases tóxicos na atmosfera, a utilizar os nossos rios e os nossos mares como lixeiras? Continuaremos a utilizar todos os recursos de que o planeta dispõe apenas para a satisfação de uma sociedade cada vez mais idôlatra do consumo desvairado? Esse é o ponto central da discussão.

Voltando à sua pergunta, no Brasil havia, por exemplo, uma coisa inteiramente paradoxal e sem nexo, que eram leis que destinavam recursos públicos subsidiados, quer dizer, com juros abaixo do mercado, para que a Amazônia fosse devastada, para que fossem cortadas árvores, derrubada parte da floresta, para que ali se estabelecesse criação de gado. Isso era um contrassenso, da mesma forma que as leis que autorizavam o funcionamento de siderúrgicas movidas a carvão vegetal — ou seja, movidas à Floresta Amazônica. Eram leis absurdas. A Amazônia tem 400 milhões de hectares de terra, dos quais 40 milhões já foram devastados. E se não fosse a ação enérgica do Governo, que acabou com essas leis e que exerce uma fiscalização muito rigorosa sobre todas as atividades econômicas que digam respeito à floresta na Amazônia, a situação estaria muito pior.

Só em 1990 houve uma redução de cerca de 65% nas queimadas da região, segundo dados fornecidos por satélite. Isso não é tudo, mas é alguma coisa, e temos muito mais a fazer. Estamos incluindo, já a partir desse ano, em todas as escolas da rede pública brasileira, a disciplina «Preservação Ambiental», porque entendemos que, para combatermos a devastação, é necessário que haja uma conscientização de todos para o que significa uma árvore, a manutenção de um riacho limpo, a manutenção do nosso ar puro. Essa conscientização começa na escola, logo no início do aprendizado das crianças.

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro deixou de lado aquela posição de ficar sempre tentando explicar o inexplicável. Nós não temos nada a esconder, porque não nos falta coragem para enfrentar o problema e tentar oferecer soluções. Agora mesmo na área de Carajás, no Sul do Pará, estamos recuperando 200 km² de floresta já devastados. Estamos criando uma fundação de direito privado com a participação do Governo brasileiro, para viabilizar a contribuição daqueles que queiram patrocinar e ajudar a preservação não somente da Amazônia, mas do nosso Pantanal, da nossa Mata Atlântica, do pouco ainda que resta, infelizmente, da nossa Juréia. Enfim, nós entendemos que a questão ambiental não diz respeito somente ao Brasil, mas ao mundo. Há um país no nosso planeta que joga na atmosfera 200 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Se a gente fizer o cálculo de que cada 30 hectares de floresta reciclam uma tonelada/ano de gás carbônico, a gente pode até chegar à conclusão de que a Amazônia deveria estar recebendo alguma compensação para reciclar todo esse gás carbônico que países industrializados estão jogando na atmosfera. O fundamental é que levemos essa discussão sempre muito a sério e com muita responsabilidade. Temos que deixar a etapa das acusações mútuas, dos discursos que não levam a nada porque apaixonados, e discutirmos de uma forma racional e objetiva de que maneira podemos nos associar para evitar a devastação do nosso planeta.

Jornalista: Como o senhor vai enfrentar as pressões dos grupos econômicos que querem explorar a Amazônia?

Presidente: Qualquer programa de desenvolvimento para a Amazônia tem que estar subordinado a uma política ambiental. Todo e qualquer projeto de desenvolvimento econômico para a Amazônia que conflite com a preservação do meio ambiente não será aprovado e contará com o meu veto total e radical. Acho que há plena capacidade do conjunto da sociedade brasileira para entender esse fato.

As pressões que eventualmente possam existir não são tão fortes quanto o nosso ideal, quanto à nossa visão de um mundo ecologicamente sadio, de um país ecologicamente sã. As pressões existem, são fortes, são poderosas, mas muito mais

forte é a nossa vontade e determinação de fazer com que o Brasil, ao final do nosso período de governo, seja um exemplo de sociedade consciente da necessidade de preservar o meio ambiente.

O que desejamos é que aquele que venha substituir essa administração, mesmo que seja um inimigo da natureza — e Deus ajude para que não seja —, não consiga agredir o meio ambiente já que a política implantada por este governo foi tão bem definida, a conscientização foi tão bem feita que a própria sociedade brasileira evitará todo e qualquer tipo de ação danosa aos nossos ecossistemas.

*Entrevista concedida ao jornalista
John Siceloff, da NBC News, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF, no dia 7 de janeiro de 1991.*